

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

TAÍS FABIANA AMARAL CORRÊA

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO DESEMPENHO ESCOLAR:
UM DESAFIO PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**SANTA MARIA
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

TAÍS FABIANA AMARAL CORRÊA

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO DESEMPENHO ESCOLAR:
UM DESAFIO PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Professora Rita de Souza Bueno.

**SANTA MARIA
2015**

RESUMO

O presente trabalho está fundamentado nos seguintes teóricos Cury (2012 e 2013), Vieira (2009), dentre outros. O método utilizado para a realização desse trabalho foi a pesquisa-ação que se caracterizou em aplicação de questionários para professores da Escola Estadual de Educação Básica General Osório, em que analisa as ações da gestão escolar em busca de melhores índices dos resultados de avaliações externas, na condução do planejamento das ações pedagógicas, principalmente, nas séries iniciais do ensino fundamental. Traçou-se estratégias para criar novos rumos em relação às atribuições da gestão escolar, compreendendo a trajetória e as implicações da avaliação externa, através das informações encontradas nos resultados da pesquisa. Em seguida, apresenta o planejamento realizado e descreve experiências, concepções e desafios da equipe gestora em relação a este tipo de avaliação. Na perspectiva das equipes gestoras, conclui que a avaliação externa possui potencialidades e limites para contribuição da melhoria de qualidade do ensino.

Palavras-chave: Gestão escolar, Avaliação Externa, Prova Brasil, Escola Pública.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	07
2.1	Objetivos.....	07
2.2	Procedimentos metodológicos.....	08
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA.....	11
3.1	Caracterização da escola.....	11
3.2	O projeto político pedagógico.....	12
3.3	Avaliações externas na educação básica.....	15
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
4.1	Direito à educação.....	18
4.2	Gestão democrática.....	21
4.3	Qualidade da educação.....	24
5	ANÁLISE REFLEXIVA DAS AÇÕES PROPOSTAS.....	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A escola possui função social direcionada à sociedade, interligando o conhecimento com o contexto em que o educando está inserido, preparando-o para a vivência profissional, a fim de formar relações ou laços, cumprindo verdadeiramente seu papel dentro de dimensões pedagógicas, políticas e administrativas.

Nesse sentido, cabe à escola ensinar e garantir aprendizagem no que for necessário para a inserção e convivência em sociedade. Os avanços na qualidade da educação transcendem o aspecto avaliação, o que torna mais complexa a análise de índices das avaliações externas. As relações e interações do professor com os alunos e os saberes da formação que acontecem em uma sala de aula, não podem ser tomados, inadvertidamente, como expressão do conjunto de eventos e projetos que marcam a qualidade da escola e as relações desta com o entorno social. (LUDKE; SORDI, 2009)

Toda avaliação demanda empenho de todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem, em virtude disso, fez-se necessário repensar em estratégias de se obter melhora nos índices de avaliação do IDEB.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado pelo Inep em 2007, representa a junção de dois conceitos fundamentais para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Somado ao enfoque pedagógico os resultados sintetizados, facilmente assimiláveis, que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. Calculado a partir dos dados de aprovação obtido no Censo Escolar e média de desempenho nas avaliações do INEP.

O método utilizado para a realização desse trabalho foi a pesquisa-ação que se caracterizou em aplicação de questionários para professores. Os resultados da pesquisa ressaltaram a necessidade de formações específicas para os docentes e na preparação das turmas avaliadas.

Assim, com o objetivo de melhorar os resultados das provas externas, para a superação dos baixos índices de aprendizagem, a pesquisa contribuiu para facilitar o trabalho de intervenção que foi realizado, de forma que contemplou tanto aos alunos quanto aos professores, onde, a partir do diagnóstico, foram desenvolvidas ações

como: palestras, reuniões e simulados nos parâmetros da prova Brasil, bem como o incentivo à leitura.

A Prova Brasil foi criada em 2005, a partir da necessidade de se tornar a avaliação mais detalhada, em complemento à avaliação já feita pelo SAEB. A Prova Brasil é aplicada em todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, de 2º 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, avalia os conhecimentos dos alunos nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Para que os mesmos possam ter sucesso é preciso que saibam ler e interpretar, pois como diz os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p.53) “A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção de significados do texto, a partir de seus objetivos e de seu conhecimento sobre o assunto [...] do sistema de escrita”.

Por essa razão houve a busca em rever a aprendizagem dos alunos fazendo o controle de conhecimento dos mesmos, com aplicação de simulados da Prova Brasil, e verificando se o índice de aprendizagem está no nível esperado. Pois, se sabe que esses baixos índices apresentados pelas as escolas têm sido alvo de preocupações, deixando os educadores apreensivos e sentindo se impotentes diante da situação.

Esse tipo de avaliação externa que vem sendo aplicada nas escolas, veio acompanhada com um objetivo de assegurar um processo avaliativo mais transparente, uma vez que, esse instrumento oportuniza evidenciar a real aprendizagem dos alunos matriculados nas escolas públicas brasileiras, subsidiando, desta forma o olhar avaliativo em relação à aprendizagem, com o intuito de melhorar cada vez mais os resultados da educação no Brasil.

A avaliação dos sistemas de ensino é considerada uma constante nas políticas atuais como forma de analisar o desempenho dos alunos, dos professores e das escolas, revelando assim os resultados à sociedade. Nas últimas décadas, nota-se um crescimento dos exames regulares estaduais e nacionais que geram os indicadores de desempenho educacional para fiscalizar a qualidade do ensino no Brasil.

Discutir os baixos índices resultantes desse processo, o desempenho escolar e estratégias de melhoria organizadas pela gestão democrática, bem como buscar subsídios para reverter esses indicadores, são os principais focos do projeto de intervenção.

2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Há uma grande preocupação com o resultado das avaliações externas, principalmente nas escolas públicas, pois através de seus índices são desenvolvidas metas para investimento (Plano de Desenvolvimento da Educação) PDE, criado em 2006, priorizando os municípios com os mais baixos e por esta razão nos últimos anos

A pesquisa desenvolvida foi retirada do livro “Educação Básica política e gestão da escola” de Sofia Lerche Vieira (p. 127 e 128), onde as três questões aplicadas referem-se às temáticas taxas de aprovação e desempenho escolar, gestão e atuação do gestor nesse contexto. Tem características qualitativa, exploratória, bibliográfica e aplicada. Qualitativa, pois foi buscado o ambiente natural como fonte direta das informações, além disso, foram aplicados questionários a 10 professores.

A Prova Brasil veio acompanhada com um objetivo de propor um processo avaliativo mais transparente, uma vez que, esse instrumento procura mensurar a aprendizagem dos alunos de 2º, 5º e 9º ano matriculados nas escolas públicas brasileiras.

2.1 Objetivos

a) Organizar ações, a fim de melhorar o desempenho na Prova Brasil, através de reuniões e discussões com as professoras em busca de soluções para o problema, levando em conta as dificuldades de alfabetização de alguns alunos e reforçando o papel de responsabilidade social;

b) Construir uma proposta de trabalho participativa, interativa, que estimule a curiosidade e o prazer em aprender, dando novos significados aos conteúdos, promover acompanhamento educacional, através de alternativas pedagógicas de intervenção individualizada e em pequenos grupos de alunos, para complementar o que é ministrado no período normal de aula, de forma contínua e paralela, reduzindo a defasagem existente entre os conhecimentos que o aluno traz e o currículo adequado a sua faixa etária e ao ano.

c) Proporcionar aos professores momentos de estudo e reflexão da prática para que desenvolvam as competências de saber formular, resolver e introduzir um

conteúdo a partir de situações relacionadas ao contexto social que envolvam a Matemática e a Língua Portuguesa, de forma não subordinada a um currículo linear.

2.2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa-ação foi aplicada aos professores das séries iniciais e finais do ensino fundamental, cujo intuito era de analisar as lacunas estabelecidas entre as etapas de resolução da Prova Brasil, com proposta de rever o processo de avaliação externa de rendimento escolar na gestão democrática na escola. Buscou-se a praticidade em utilizar questões pontuais para viabilizar a análise das respostas.

O gestor deve selar o compromisso com uma gestão democrática de educação, assumindo uma função de destaque no interior das instituições, chamando à responsabilidade todos os envolvidos. Isso exige do gestor uma postura política e intencional, com fundamentação teórica consistente, associada à flexibilidade e atenção para articular e envolver os segmentos escolares. Deve-se considerar, ainda, a capacidade de liderar e coordenar o processo de discussão dos resultados, alinhando-o à missão, às políticas educacionais, às da instituição e a dos diferentes tipos de planejamento que cabe a ele administrar. “Os melhores guias são os que percorrem o caminho conosco, enfrentando as mesmas dificuldades e provocando-nos a andar mais depressa” (HOFFMANN, 2001 p.76). Um gestor democrático mobiliza a escola a transformar as velhas perguntas em novas, constituindo fator determinante para que a instituição escolar possa oferecer uma educação de qualidade, comprometida com a aprendizagem de crianças, jovens e adultos, a fim de que sejam capazes de intervir positivamente na sociedade na qual estão inseridos.

Foram desenvolvidas ações multidisciplinares e contextualizadas, visando ao desenvolvimento de competências propostas pela avaliação, remetendo à busca do aumento dos índices de avaliação externa através de estratégias variadas, as quais, iniciaram-se através da formação continuada dos professores tomando como temática as avaliações externas e sua influência no contexto escolar. Em seguida, após a análise e possíveis constatações do assunto, o cronograma será desenvolvido a partir do início do ano letivo, onde todos os objetivos, pretensiosamente, colocados em prática durante o ano letivo de 2015.

A busca em melhorar os índices do IDEB é uma ação em que a equipe gestora está engajada desde o último Projeto Político Pedagógico, em 2013, criando estratégias para melhorar os índices de avaliações externas. Primeiramente, analisados os prós e contras do processo avaliativo constituiu-se alguns fatores de maior relevância para que fossem modificadas ou aprimoradas.

No ano de 2014, durante o mês de julho, a equipe gestora, reuniu-se com os professores para planejamento e discussões que fortaleceram o desenvolvimento pessoal/profissional dos professores, nesse momento houve apontamentos fundamentais para o levantamento das principais lacunas nesse processo. As dificuldades afloradas foram a forma de trabalhar, a falta de discernimento dos professores e em sanar esses espaços deixados ao longo do processo.

Em agosto do mesmo ano, durante uma reunião administrativa, realizada às segundas-feiras, criaram-se propostas de mudanças estruturais nas práticas docentes, para o ano seguinte, onde haveria alterações de profissionais que há anos trabalhavam na mesma série/ano, além da supervisão escolar propor simulados impressos para aplicar nas turmas, porém não foi bem aceita a troca de professores.

A discussão para o novo PPP baseou-se em questionários respondidos pelos professores, funcionários e comunidade escolar. Em setembro de 2014, a equipe gestora oportunizou um momento para que debatesse os principais conflitos e problemas pertinentes ao ambiente escolar, dentre elas a preocupação em que esse novo documento apresentasse apontamentos referentes às avaliações externas, embora constasse a presença maciça de professores e funcionários, nem todos empenharam-se com afinco para que as respostas fossem consistentes e concisas.

No mês de outubro, buscou-se a participação dos pais de alunos que tinham mais dificuldades de aprendizagem, para que houvesse empenho em superá-las. Sabe-se que há pouco envolvimento dos responsáveis em assumir o papel que de fato lhes cabe.

Ao verificar o pouco apoio dos pais, no mês de novembro, procurou-se novamente estruturar as lacunas entre o processo de avaliação, o aluno e o professor: aulas de reforço escolar. Foram organizados horários alternativos para que o atendimento aos alunos com dificuldades fosse realizado. O ponto positivo foi o esforço da professora apoiadora em minimizar os problemas de desenvolvimento cognitivo. Houve pouca assiduidade discente. Ainda, com a preocupação em incentivar a participação de todos no processo de aprendizagem, com

responsabilidades e condições adequadas para a realização da avaliação, em março de 2015, a reunião administrativa planejou mais estratégias e busca de novos materiais didáticos para a aplicação da prova, além de conversar com a primeira turma desse ano a responder a uma avaliação externa, conscientizando-os da importância da realização da prova, do esforço ao desenvolvê-la, bem como a aplicação feita pela professora titular.

No mês de abril, A culminância das ações foi a aplicação da prova ANA aos alunos do 2º (segundo) ano do ensino fundamental, que foi bem sucedida, embora tivéssemos ciência de que dois alunos não estão alfabetizados, um fator a aprimorar.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual de Educação Básica General Osório, fundada em 3 de março de 1958, situa-se na cidade de Ibirubá, Rio Grande do Sul, está localizada em um bairro onde a maioria das famílias são de baixa renda. Composta por 630 alunos e 70 servidores, dos quais 49 são professores, funcionando nos três turnos. Caracteriza-se por ser uma escola de grande porte em relação às demais de nossa cidade. Atende a comunidade escolar oferecendo o ensino fundamental e o ensino médio politécnico.

3.1. Caracterização da escola

A comunidade escolar é caracterizada por alunos atendidos oriundos de diversos bairros e do interior do município, portanto possuímos uma clientela, no que se refere ao aspecto socioeconômico, bastante diversificada, com famílias de classe média alta, classe média e pobres. Nem todos os alunos pertencem a família com pais e mães, com recursos suficientes para uma vida digna. Normalmente, verificam-se situações diversas: os pais estão separados e o aluno vive com um deles ou com algum parente, etc. Sendo assim, todos os esforços são despendidos para uma melhoria da qualidade de vida o que, muitas vezes gera tensões e conflitos para a criança que se depara com duas realidades diferentes: de um lado, a família desestruturada com valores distorcidos e de outro, a escola que exige cumprimento de normas. Pode-se dizer então, que a escola tem buscado de várias maneiras promover a inclusão dessa diversidade cultural e socioeconômica, a fim de minimizar essa diferença.

Os pais participam pouco das atividades de ensino, omitem-se do compromisso com a educação de seus filhos, dificultando o desenvolvimento integral do educando. Percebe-se que acentua-se a responsabilidade da escola em assumir papéis sociais que não lhe são pertinentes, devido a essa omissão. A educação, além de garantir o ensino gratuito, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, tem a função social de formar um cidadão crítico e consciente, em princípio, a escola deve ensinar a ler, escrever, contar e conhecer os meios físicos e político-sociais; preparar para o trabalho, para a cidadania, para o prosseguimento dos estudos. A escola deve, principalmente, ensinar o aluno a aprender. E qualidade

social é conquista e, como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos.

Em relação ao ensino, há o planejamento coletivo através de encontros das áreas do conhecimento e currículo por atividades, esses espaços são abertos para reflexão, análise e avaliação das práticas pedagógicas, visando buscar o desenvolvimento da interdisciplinaridade, já que os componentes curriculares foram distribuídos em grandes áreas no ensino médio politécnico, além de se fazer necessário no ensino fundamental séries iniciais e finais, pois entende-se que o aprendizado não é algo isolado ou fragmentado, ou seja, o processo do conhecimento possui continuidade, sequência e interação. A taxa de infrequência e abandono é mínima.

Salienta-se que é essencial o resgate das responsabilidades dos segmentos envolvidos no processo escolar. Uma efetiva participação dos pais junto a escola e a conseqüente motivação por parte dos alunos, gerarão melhorias no rendimento escolar do aluno, bem como um significativo resultado nos projetos educacionais, resultante desse esforço.

O espaço físico possui mais de 50 anos de construção e vem sendo mantido com recursos escassos do estado e do CPM. A escola foi contemplada com o PNO (Plano de Necessidades e Obras), há cerca de dois anos, porém ainda não saiu do papel. Os consertos são constantes e alguns espaços precisam de maior atenção, visto que não se reformou nada, apenas tentou-se manter em bom estado de conservação.

Acredita-se que os resultados positivos virão na medida em que houver engajamento de todos os segmentos da comunidade escolar, trabalhando em prol da educação.

3.2 O projeto político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Básica General Osório está sendo elaborado por toda a comunidade escolar, embasados em suas experiências, nas Propostas Curriculares, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas Normas Regimentais, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e após a reflexão sobre o diagnóstico da realidade de nossa escola, tanto do ponto de vista da aprendizagem de nossos alunos como das

relações entre todos os envolvidos, que participarão do processo educacional, na intenção de se realizar um trabalho de qualidade. Ele deve nortear os caminhos das ações desenvolvidas pela comunidade escolar, por isso contempla as demandas e especificidades dela. Seu foco foi gerar ações que favorecessem a melhoria dos índices do IDEB nas séries iniciais do ensino fundamental, onde a equipe gestora avalia e desenvolve estratégias para que esse quadro seja revertido. Apesar de estar em processo de construção o PPP antigo já continha essa preocupação em desempenhar um papel crítico e analítico em relação às avaliações externas.

Em virtude disso, foi elaborado um questionário destinado a todos os segmentos que envolvem o processo, além da busca de informações de ex-alunos, ex-professores e ex-diretores para recontarmos sob vários olhares o histórico da escola. Sabe-se que esse documento é o que auxilia a gestão democrática contemplando as demandas e especificidades da comunidade escolar. É necessário ir além da exigência legal de manter um documento fazendo parte da burocracia e engavetá-lo, deve sim conter informações que melhore a qualidade de ensino, planos de ação que visem melhorias em aspectos problematizados no contexto escolar, como o das avaliações internas e externas, por isso repensamos a importância da divisão de tarefas para que as diretrizes estejam claras e concisas.

As ações de melhoria organizadas pela gestão perpassam, na maioria das vezes, a vontade e o empenho da equipe gestora. Cabe frisar que isso não significa acomodação, ao contrário, a real gestão democrática está em desenvolvimento, requer uma transformação estrutural, uma ruptura de paradigmas e uma metodologia adequada. Sanar os obstáculos citados no diagnóstico são as principais iniciativas e são priorizadas de acordo com a capacidade da escola em as implementar num determinado período de tempo, bem como na capacidade de mobilizar os recursos necessários, tendo sempre em conta o impacto que cada ação de melhoria irá ter no desempenho do processo ensino/aprendizagem e o que poderá contribuir para a melhoria da satisfação e comprometimento da comunidade escolar.

Nessa direção, o papel do gestor escolar é imprescindível para estabelecer um clima participativo que seja convidativo e motivador do diálogo e da realização do trabalho coletivo, em que a cooperação e a colaboração sejam as marcas das ações e processos de tomada de decisão em que os pares conjuguem na primeira pessoa do plural. Segundo Souza (2003, p. 441):

É importante entender, o que já é consenso, que o magistério e a profissão de professor caracterizam-se como uma profissão com níveis de complexidade, exigindo revisão e construção constante de saberes, centrando seu saber ser e fazer numa prática reflexiva e investigativa do trabalho educativo e escolar, no cotidiano pessoal e profissional. Desta forma, compreendo que o desenvolvimento profissional entrecruza-se com a dimensão pessoal e político-social do professor, enquanto profissional numa realidade contextualizada.

Desde a construção do último PPP há a preocupação de melhorar os índices que medem o rendimento escolar, as provas externas (Prova Brasil, ANA), problema diagnosticado ao longo dos anos. Por isso foi colocado em prática o plano de ação constituído a partir de então. Obteve-se a melhora desses índices, aumentado na 4ª série/ 5º ano, passando de uma média de 4,6 em 2011 para 6,2 em 2013. Ainda tem-se que buscar resultados significativos nas séries finais do ensino fundamental e médio, por isso o foco do projeto vivencial.

As ações desenvolvidas começaram a partir do diagnóstico do problema, já houve discussões, a fim de identificar a origem dos baixos índices, formação para os professores sobre o processo que passa a avaliação externa. A partir disso, a metodologia a ser utilizada dando continuidade a pesquisa-ação de caráter investigativo de modo a haver intervenção, contemplando tanto os alunos quanto professores através de reuniões e simulados nos parâmetros da Prova Brasil, incentivo à leitura e ao raciocínio lógico.

Uma política pública que trabalha com metas deve levar em consideração a situação social e econômica da sociedade para estipular resultados de acordo com a realidade e com as possibilidades concretas de enfrentamento dos problemas e superação das dificuldades. Assim, é importante que a avaliação dos índices de desenvolvimento seja feita com muita cautela, com um olhar crítico sobre a sociedade e com os fundamentos teóricos e práticos que auxiliem na formação completa do cidadão.

Quando a avaliação torna-se padronizada nacionalmente e com caráter controlador é a desconsideração das especificidades enquanto aspectos: geográficos, sociais, econômicos estruturais e de formação dos profissionais da educação. Fatores que interferem no processo pedagógico e necessitam ser analisados e considerados no processo de avaliação das escolas de educação básica. Essas adversidades afetam diretamente o rendimento escolar, gerando dificuldades no processo de ensino aprendizagem por parte dos alunos e

consequentemente influenciando índices das provas externas aplicadas pelas secretarias de educação pelo MEC.

3.3 Avaliações externas na educação básica

A avaliação externa é uma das principais ferramentas para analisar o desempenho escolar, criada há quase trinta anos, analisa com índices quantitativos a qualidade da educação básica. O que gera controvérsias em relação a mensurar a aprendizagem. Gatti (2014, p.20):

Se de um lado, dispor de indicadores é importante, de outro, a avaliação de qualidade ser a eles reduzida, conduz a preocupações entre os educadores e pesquisadores no campo. O fato de valores quantitativos, com base em avaliação de apenas duas áreas – leitura e matemática – serem erigidos em tradutores da qualidade da educação no Brasil, passou a ser questionado sob vários ângulos, sejam de ordem metodológica, sejam de ordem política, ou de ordem filosófica.

O Saeb, Sistema de Avaliação da Educação Básica, verifica os parâmetros da Educação Básica, oferecendo meios para analisar através de seus índices o desempenho dos educandos através de três avaliações externas em larga escala, de acordo com a informação do site do Inep: Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb: abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação. Segundo os dados do portal do MEC¹:

a) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil"): trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

¹ Informações encontradas do site do Ministério da Educação. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/> Acesso em: 19 de setembro de 2015.

b) A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA: avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. A ANA foi incorporada ao Saeb pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013

A Aneb e a Anresc/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual. As avaliações da Aneb e Anresc (Prova Brasil) são acompanhadas de questionários que são aplicados aos alunos, professores, diretores, além de haver um questionário preenchido pelos aplicadores. O INEP Instituto Nacional de Educação e Pesquisa vem proporcionando condições para nortear as políticas educacionais, em prol de uma educação de qualidade, objetivando resultados significativos.

Boa parte das escolas públicas, atualmente no que concerne os resultados das avaliações externas, possui a responsabilidade e o cuidado em assegurar melhores índices, e por esta razão nos últimos anos o Governo Federal tem destinado para as Secretarias de Educação, mais recursos tentando assim aproximar o máximo possível os resultados do IDEB com a média mundial.

Esse tipo de avaliação externa como Prova Brasil que vem sendo aplicada nas escolas, veio acompanhada com um objetivo de promover um processo avaliativo mais transparente, uma vez que, esse instrumento oportuniza evidenciar a real aprendizagem dos alunos de 2º, 5º e 9º ano matriculados nas escolas públicas brasileiras, subsidiando, desta forma o olhar avaliativo em relação à aprendizagem, com o intuito de melhorar cada vez mais os resultados da educação no Brasil

Os Questionários da Aneb e Anresc (Prova Brasil) servem como instrumentos de coleta de informações sobre aspectos da vida escolar, do nível socioeconômico, capital social e cultural dos alunos. Professores de Língua Portuguesa e Matemática e os diretores das escolas, também são convidados a responder questionários que possibilitam conhecer a formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos de liderança e formas de gestão. Os questionários destinados aos professores e diretores são entregues pelos aplicadores antes da realização do teste e devem ser recolhidos ao final da prova.

Na mesma ocasião, é preenchido pelos aplicadores dos testes um formulário sobre a escola levantando dados sobre as condições de infraestrutura, segurança e condições dos recursos pedagógicos disponíveis.

O levantamento destes dados é fundamental para que a análise da Anresc (Prova Brasil) possa levar em consideração o contexto dos alunos e da escola. Uma das possibilidades a partir destes dados é o desenvolvimento de estudos dos fatores associados ao desempenho dos alunos. O grande desafio consiste em motivar e desenvolver uma efetiva participação de todos os segmentos, para que a aprendizagem seja colocada como prioridade e, conseqüentemente, a elevação dos índices de avaliação externa, além de compreender que esse processo é classificatório e diagnóstico. Para Sordi e Ludke (2009, p. 3):

Esta forma de entender a avaliação e se acostumar com sua feição classificatória e de vê-la como um ato de comunicação com ares de neutralidade, no qual alguém assume a prerrogativa de dizer o quanto vale o trabalho do outro, sem que a este outro seja dada a oportunidade de se manifestar sobre o processo vivido e suas eventuais idiosincrasias, acaba por esvaír desta prática o seu sentido formativo. Isso interfere no imaginário social que associa a avaliação práticas repetidas de exames externos que geram medidas, que viram notas que se transformam em signos que se distribuem em mapas que permitem comparar, selecionar e, eventualmente, excluir pessoas/instituições.

É de fundamental importância refletir sobre qual deve ser o verdadeiro foco de uma avaliação, ou seja, um instrumento para verificar o resultado do processo de ensino/aprendizagem, em que se identificam as principais deficiências ou lacunas existentes ao longo do processo, buscando saná-las ou supri-las para que o aprendizado se concretize.

Em contrapartida, a reponsabilidade de fracassos ou sucessos são atribuídos à escola, principalmente ao que tange a insucessos, de modo que as demandas existentes num sistema de ensino vão além de avaliações externas periódica.

Conforme, Laval (2004, P. 211), a escola é vista como uma lógica de mercado, ou seja, vislumbrar resultados de investimentos, vindo em contramão da gestão democrática:

Esse vasto movimento de avaliação [...] é inseparável da subordinação crescente da escola aos imperativos econômicos. Ela acompanha a obrigação de resultados conhecida por se impor tanto à escola como a toda organização produtora de serviços. Nisso, ela participa das reformas centradas na competitividade visando a fixar e elevar os níveis escolares esperados.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, a educação brasileira foi um privilégio muito restrito à classe burguesa. Com o passar do tempo Na década de 90, algumas mudanças legais foram reforçaram o sistema nacional de avaliação, em especial, a promulgação da LDB nº 9394/96, o financiamento da educação por meio da Lei nº 9424/96, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a municipalização do ensino e o forte apelo da racionalidade técnica para equacionar os problemas educacionais. Nesse contexto, com a LDB a proposta de avaliação externa é reafirmada em seu artigo 9º: [...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo INEP/MEC. Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nos testes são cobrados dois componentes curriculares: língua portuguesa e matemática. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados e influenciam no desempenho.

De acordo com Vieira (2009), a gestão é arena de interesses contraditórios e conflituosos. E acontece quando há interação, o trabalho de qualquer gestor implica em dialogar muito, demandando um exercício de tolerância para mover-se diante dos desafios que a prática exige. Para tanto, a legislação é a referência de suma importância que permeia o campo educacional.

O sistema de avaliação externa analisado foi a Prova Brasil, aplicada no ensino fundamental, séries iniciais e finais.

4.1 Direito à educação

Ao conceituar o direito à educação é fundamental citar as leis que regem esse princípio, o artigo 205, da Constituição Federal (1988), “A educação, direito de todos

e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, concebe a educação como direito social, político e civil, sendo um fator indispensável da sociabilidade, definida como direito público subjetivo (CURY, 2012). A educação é considerada um dos espaços centrais da esfera pública, um espaço social comum, em que se busca a realização da plenitude da liberdade, da dignidade humana e ação política democrática (ARENDRT, 1995).

Além da Constituição Federal, que assegura o cidadão quanto aos direitos humanos, escola possui outras ferramentas legais que garantem, de forma contextualizada, o exercício da cidadania, bem como a vivência democrática, já que conta com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

O ECA, dentre outras leis dessa natureza, propõe uma reflexão dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Deve-se frisar que para todo direito existe um dever a ser cumprido. Sabe-se que, muitas vezes, a realidade escolar possui dificuldades em pôr em prática o verdadeiro papel de conscientização a respeito do convívio social igualitário e respeitoso, devido a valores distorcidos, incutidos no ambiente familiar. No entanto, como instrumentos ou ferramentas, eles requerem um protagonismo das próprias pessoas afetadas pelas violações desses direitos, no sentido de que haja o entendimento coerente do conceito de direito humano, ética, organização social e a igualdade no que tange ao respeito mútuo. Assegura a cidadania de crianças e adolescentes é inseparável do direito de frequentar a escola, de nela ser respeitado e de nela participar ativamente dos processos destinados à sua formação, seja de caráter pedagógico, seja de grandeza política. Aliando a isso, a participação dos pais no âmbito escolar é também condição reclamada nos limites dessa lei. A permanência qualificada no processo educativo, com efeito, e no cômputo das alternativas disponíveis, a educação como um direito humano, inalienável, intransferível e irrevogável, impõe-se como fundamento a partir do qual se poderá desenvolver outras perspectivas de cidadania e de emancipação social.

A escola, cada vez mais, torna-se inclusiva, ao mesmo tempo que não há preparação para os professores em relação a como proceder diante das diferenças e/ ou limitações. Trabalha-se com problemas de espaço adequado, materiais

didáticos adequados, profissionais adequados cotidianamente. Além da falta de comprometimento de alguns professores que estão frustrados com a situação do magistério e tudo o que fazem já acham demais para realizar.

A participação, no âmbito da gestão, considera a importância dos direitos humanos, bem como do direito à educação, promovendo maneiras para que haja o compartilhamento das decisões, a resolução de conflitos e as diversas formas de controle democrático consolidadas pela participação de todos nesse processo, como forma de garantir a universalização dos direitos e consolidar uma nova concepção de educação baseada na construção coletiva para a melhoria da qualidade.

De acordo com Virgínio e Bittencourt (2014, p.139):

O direito à educação está, aliás, na base dos direitos sociais, um pré-requisito necessário para a liberdade de nada vale sem educação. Dentre esses direitos característicos dos processos sócio históricos, estão os civis, os políticos e os sociais. É um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva.

Tudo o que diz respeito aos elementos que constituem a formação cidadã deve ser levado em consideração os direitos básicos: dignidade, liberdade e igualdade. O direito à educação é demarcado como direito de todos e dever do Estado, através da Constituição Federal. Seu objetivo é favorecer o desenvolvimento da pessoa, do que se depreende, para usufruto em todas dimensões da vida.

A LDB estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, assinala a garantia de acesso gratuito aos níveis e às modalidades de ensino.

Ao destacar os direitos de cidadania, procurou situar o significado de uma formação cidadã para os direitos básicos do ser humano: dignidade, liberdade e igualdade, mormente em contextos de diversidade cultural. Essa abordagem mereceu um olhar na memória da educação nacional não deixasse esquecer que a educação como um direito é resultado das prática sociais mais ou menos coletivas, das posições e relações dos indivíduos e/ou grupos no espaço social ou, ainda, das ações e omissões de governo, como também de articulações entre os poderes constituídos.

4.2 Gestão democrática

A escola é sem dúvida constituída pela comunidade. É a equipe diretiva que incentiva as relações estabelecidas pela comunidade escolar e sua participação no projeto coletivo, isso possibilita que todos estejam empenhados e trabalhem juntos na construção de uma educação de qualidade. As dificuldades enfrentadas são contínuas, começando pelo comprometimento do segmento pais no processo educacional, conservação e adequação do espaço físico até os precários recursos investidos nela pelas políticas governamentais.

A Gestão democrática é capaz de promover e motivar a soma de esforços coletivos para alcançar o objetivo da educação, compreendendo também que objeto de trabalho da educação é o sujeito, a emancipação humana e que isso só será possível, se existir dentro da escola, a verdadeira participação, concretizada no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no fortalecimento do Conselho Escolar e demais segmentos (Grêmios estudantis, lideranças, comunidade escolar...), levando-se em conta de que o Estado garante o direito à educação, em prol de um sistema de ensino público, gratuito, laico, universal, único e obrigatório para todos.

Vivenciar a plenitude da democracia consiste na construção de uma política pública voltada para participação do diretor, professores, alunos, pais e comunidade de maneira efetiva. A autonomia também faz parte do processo de gestão democrática e está aliada à capacidade de tomar decisões compartilhadas, estando comprometida com o todo, embora haja dificuldades em sua concretização, de fato, no momento em que há pouco ou nenhum comprometimento dos segmentos que fazem parte dessa construção. Professores desmotivados financeiramente, pais omissos, comunidade apática, são alguns obstáculos enfrentados pela gestão.

Para que a escola pública atual realize sua função social de assegurar o acesso e a permanência a ela, além de oportunizar a inclusão social, são necessárias ações da gestão, buscando uma educação consciente e crítica, que conheça a realidade, a fim de transformá-la ao ponto em que educadores e educandos se caracterizam como sujeitos do mesmo processo com o mesmo objetivo: a construção da cidadania.

A Escola General Osório possui várias ações que colocam em prática a vivência democrática, através de assembleias, onde a comunidade escolar opina e influencia nas decisões em relação aos aspectos administrativos e pedagógicos; do

conselho de classe participativo, onde alunos e professores aliam forças para reflexão perante aos problemas existentes até a superação de dificuldades. Entre outros estão os projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo que também envolve diferentes segmentos, onde o tema principal é Qual é meu espaço e o que faço com ele. Através do tema estão sendo trabalhadas questões sociais, econômicas, bem como o resgate de valores e da boa convivência.

As ferramentas utilizadas para envolver a comunidade escolar General Osório são baseadas em um planejamento do qual o corpo docente e a equipe gestora fazem parte. Nele, organizam-se as atividades a serem desenvolvidas durante o ano letivo, onde conta-se com a participação de todos os agentes existentes no processo ensino/ aprendizagem. A preocupação para que de fato ocorra um envolvimento maior ainda persiste. Nota-se que o mercado de trabalho e a falta de discernimento são as principais causas da fraca atuação da comunidade, em relação ao segmento pais.

Há ainda mecanismos que buscam, legalmente, garantir a autonomia e fortalecer um clima de coletividade, em que professores, gestores, alunos, pais e demais profissionais sintam-se elementos responsáveis por todas as ações realizadas. O PPP, o CPM e o Conselho escolar estão entre os meios legais mais próximos para que se constitua um espaço coletivo, partilhando dos principais problemas enfrentados na escola e buscando o envolvimento, para oportunizar um espaço rico em possibilidades de aprendizagem para o exercício da cidadania.

As ações de melhoria perpassam, na maioria das vezes, a vontade e o empenho da equipe gestora. Cabe frisar que isso não significa acomodação, ao contrário, a real gestão democrática está em desenvolvimento, requer uma transformação estrutural, uma ruptura de paradigmas e uma metodologia adequada. As principais iniciativas são priorizadas de acordo com as condições da escola em implementá-las num determinado período de tempo, bem como na capacidade de mobilizar os recursos necessários, e/ ou flexibilizar momentos para que haja a participação da comunidade, tendo sempre em conta o impacto que cada ação de melhoria irá ter no desempenho do processo ensino/aprendizagem e o que poderá contribuir para a melhoria da satisfação e comprometimento da comunidade escolar.

Pode-se claramente citar as articulações para a superação dos obstáculos: otimizar a funcionalidade dos espaços físicos; buscar estratégias para envolver e interagir com a comunidade escolar, principalmente o segmento pais (Conselho

escolar e CPM), com vistas a uma participação ativa; melhorar a classificação obtida através da análise dos indicadores de avaliação, aos quais a escola é submetida; contribuir para melhoria do ambiente escolar, motivando os recursos humanos e construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis.

A superação dos conflitos existentes e a organização do trabalho pedagógico são fundamentais para diminuir as diferenças, norteando a escola para uma construção coletiva de sua identidade e autonomia. O Regimento Escolar reúne um conjunto de regras e normas disciplinares, administrativas e pedagógicas, onde se estrutura, define, regula e normatiza as ações do coletivo escolar, pois a escola se constitui um espaço em que as relações sociais se evidenciam e multiplicam, conflitos e problemas surgem, muitas vezes gerados fora do ambiente escolar, porém afloram nele, até por ser um local onde a diversidade cultural é intensa. Por isso, torna-se de fundamental importância que se trabalhe propostas para que os direitos e deveres andem em consonância com as leis vigentes. Os desafios para manter a coerência, respeitando os direitos e deveres para atender às demandas da escola são enormes e devem aliar-se à gestão democrática.

Para haver gestão democrática escolar, literalmente, é necessário esforço por parte de toda a equipe diretiva, além dos demais segmentos escolares, pois ninguém pode ser o único detentor da verdade. O verdadeiro gestor é aquele que exerce o seu mandato com liderança, sem ser autoritário, utilizando instrumentos que possibilitem o engajamento da comunidade escolar, isto é, somente e por meio de uma equipe integrada será possível construir uma escola democrática capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e, principalmente, agentes na sociedade e no mercado do trabalho.

Entende-se que a efetiva gestão escolar democrática dos sistemas de ensino não depende somente da legislação, embora essa seja primordial, mas também um processo de construção que requer a participação dos diretores, pais, professores, alunos, funcionários e entidades representativas da comunidade, havendo a necessidade de ter como princípio um aprendizado coletivo da convivência democrática, onde as decisões implementadas tem sua fundamentação na valorização das relações sociais articuladas ao processo da participação e trabalho coletivo, exercitando o diálogo e o respeito às diferenças na construção de projetos coletivos.

O processo de democracia na escolar inicia com a eleição da equipe gestora, em que a comunidade escolar por meio de seu voto escolhe os representantes da instituição de ensino, que conduzirão a escola por três anos. Conforme Cury:²

A gestão democrática é mais do que a exigência de transparência, de impessoalidade e moralidade. Ela expressa tanto a vontade de participação que se tem revelado lá onde a sociedade civil conseguiu se organizar autonomamente quanto o empenho por reverter a tradição que confunde os espaços públicos com os privados.

Cabe ao gestor promover o envolvimento da comunidade escolar, através de reuniões, palestras esclarecedoras, a fim de incentivar a participação dos diversos segmentos envolvidos no processo, conscientizando-os para que tornem-se cidadãos conscientes e atuantes. Segundo Carbello e Galina (s/d, p. 3)³:

Discutir gestão democrática da escola sob o ângulo da participação da comunidade implica discutir também os conceitos de cidadania, já que o protagonista do processo democrático é o cidadão consciente. Cidadania é uma palavra que vem do latim civitas, cujo sentido relaciona-se ao de cidade. O termo cidadania foi usado na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

4.3 Qualidade da educação

O conceito de qualidade tem característica polissêmica, são atribuídos a ele várias concepções agregando sentidos, incorporados ao vocábulo, dentro de um contexto. Atributo, condição natural, propriedade pela qual algo ou alguém se individualiza, distinguindo-se dos demais; ou até maneira de ser, essência, natureza. Excelência, virtude, talento. (Aurélio, 2004; Michaelis, 2009)⁴.

Etimologicamente, a concepção de qualidade é subjetiva e complexa, primeiramente remete ao papel da escola e a visão de que cada segmento tem fundamental importância ao desempenhar as suas ações diante da instituição de

² Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/GestaoDemocraticaFormacaoGestoresEscolares.pdf>.

Acesso em: 3 de outubro de 2015.

³ Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

⁴ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

ensino. Para isso, é imprescindível que gestores, professores e comunidade escolar sejam pessoas dispostas a dialogar, afetivas e éticas, que transitem entre o pessoal e o social, que expressem nas suas palavras e ações que estão sempre evoluindo, aceitando mudanças e avançando.

Há uma dicotomia entre o termo qualidade, uma ligada ao mercado de trabalho, priorizando o capitalismo e a produtividade, a qualidade total, outra vislumbra o ser humano, como cidadão capaz de agir e construir seu conhecimento, a partir de ações por ele desenvolvidas.

É importante salientar que as políticas públicas de educação estão ligadas ao termo qualidade, ainda a ser aprimorado de acordo com a realidade da educação, pois a logística encontra-se voltada ao mercado, distante da ideologia necessária, apesar de vir se transformando, com o passar dos anos, acompanhando lentamente as transições ocorridas na sociedade e na educação. A busca pela qualidade tem sido uma das principais ações na educação. Convém verificar qual a lógica predominante que a qualidade passa a adquirir nestes últimos anos. Segundo Cury (2002, p.17):

A qualidade. A escola lida com um horizonte que é a prioridade do aprendizado do aluno estabelecida como direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo. O aluno, sujeito de um aprendizado, é o polo e a finalidade da escola. O fim da escola pública, pela qual ela nasceu e se transformou em direito é o direito do aluno ao conhecimento, explicitado no inciso III do artigo 13 da LDB. Para esse conhecimento é indispensável para todos, para esse conhecimento adquirido na aprendizagem da e na escola é que o Estado e seus agentes têm o dever de ensinar e garantir um padrão de qualidade (inciso IX do art. 3º da LDB). Assim, todos os sujeitos da escola devem se intencionar a esta finalidade prioritária como, por exemplo, os deveres dos responsáveis, já que a todo o direito corresponde um dever.

Sabe-se que os indicadores selecionam através de pontuações rankings a nível nacional, estadual e municipal. Assim, ao divulgar os resultados, onde todos tem acesso de visualização, observa-se a classificação de cada uma. Dourado e Oliveira (2007, p. 207):

A qualidade da educação, portanto, não se circunscreve a médias, em um dado momento, a um aspecto, mas configura-se como processo complexo e dinâmico, margeado por um conjunto de valores como credibilidade, comparabilidade, entre outros. Ratifica-se, portanto, que qualidade da educação é um conceito polissêmico e multifatorial, pois a definição e a compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar não podem

deixar de considerar as dimensões extraescolares que permeiam tal temática.

É de conhecimento de todos que os resultados de avaliações (SAEB, IDEB, ENEM, ENADE) tem revelado baixos índices, desestabilizando a qualidade do ensino no país. O fracasso escolar é uma forma de exclusão: a exclusão dos incluídos, já que formalmente os alunos estão no sistema, mas não estão assimilando o conhecimento, e, conseqüentemente o seu desenvolvimento prejudicado.

Afinal, se a finalidade última da educação é a formação de cidadãos, então, a qualidade da educação precisa estar voltada para esse fim e necessita sustentar-se em um tipo de gestão que propicie o exercício da cidadania, promovendo a participação de todos os segmentos que compõe a escola, além da comunidade local externa: a gestão democrática (GRACINDO, p.43, 2005).

As metas traçadas pelo Plano Nacional de Educação asseguram o direito a educação básica com qualidade. Para Cury (2009, p. 17):

Perante esse horizonte de princípio e de direito e diante de uma realidade educacional precária, justifica-se um Plano Nacional de Educação (PNE), conforme o art. 214 da Constituição, com metas quantitativas a serem atingidas em determinados períodos de tempo, visando saltos qualitativos. E a inteligibilidade da qualidade também tem a ver com as condições de possibilidade relativas ao nosso conhecimento dela. Daí o recurso aos estudos, às pesquisas, aos censos e aos levantamentos que possibilitam, em princípio, a feitura de planos governamentais específicos para melhorias no campo educacional. A qualidade é, assim, um modo de ser que afeta a educação como um todo envolvendo sua estrutura, seu desenvolvimento, seu contexto e o nosso modo de conhecê-la.

As realidades das escolas são diferentes, ou seja cada uma tem suas particularidades, assim como cada educando tem suas habilidades e competências. A busca da qualidade na educação nem de longe pode ser assemelhada a uma caracterização dicotômica e excludente nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, Alves nos relata que esse vasto movimento de avaliação [...] é inseparável da subordinação crescente da escola aos imperativos econômicos. Ela acompanha a obrigação de resultados conhecida por se impor tanto à escola como a toda organização produtora de serviços. Nisso, ela participa das reformas centradas na competitividade visando a fixar e elevar os níveis escolares esperados.

5 ANÁLISE REFLEXIVA DAS AÇÕES PROPOSTAS

As estratégias buscadas pela equipe gestora, a fim de melhorar os índices da Prova Brasil, foram insuficientes, pois surtiram pouco resultado, fez-se as seguintes reflexões: a avaliação é um processo em que não se deve apontar a responsabilização dos envolvidos no processo, mas sim, conhecer melhor os que integram esse cenário e participam efetivamente da construção do conhecimento dos educandos, destacando as lacunas estabelecidas ao longo do caminho, para que sejam preenchidas com resultados positivos gradativos.

Para tanto, é necessário que todos trabalhem coletivamente, desempenhando seu papel para um bem comum – o aperfeiçoamento dos resultados obtidos.

A segunda reflexão feita é que nem sempre os professores reconhecem em suas práticas e ações o que podem ser viáveis ou inviáveis, em se tratando de determinados processos de aprendizagem, e isso pode ser proveniente da ausência de reflexão sobre a própria prática, a autossuficiência ou até falta de humildade em rever sua prática discente.

As professoras acreditam que as dificuldades de aprendizagem dos alunos estão, basicamente, ligadas a ele, o único responsável pelo fracasso escolar, agregando a fatores de desinteresse e falta de esforço, bem como ao desleixo apresentado pela família.

A terceira reflexão gira em torno de um dos dados mais preocupantes, onde alguns docentes declaram desconhecer os resultados, além de não possuírem interesse em sabê-lo. Durante as reuniões pedagógicas realizadas para a discussão dos índices do SAEB, IDEB e demais avaliações, percebeu-se que parte dos professores preocupa-se em atingir as metas de melhoria estabelecidas, apesar de um número significativo ficou apático diante da análise exposta pela gestora.

Todas as propostas oferecidas pela equipe gestora não conseguem fazer com que haja um engajamento por parte dos professores, que preferem ver as dificuldades dos alunos como limitações insuperáveis e irreversíveis.

É evidente que o fracasso escolar, a evasão e a repetência estão relacionados com a utilização de modelos inadequados, parciais e fragmentados de avaliação. Todavia o primeiro passo para reverter essa situação requer o

entendimento do significado que assume para o aluno a relação que se estabelece entre os motivos e a finalidade de sua realização escolar (FRANCO, 1993).

Ainda não há interesse, nem muito esforço pela consolidação de um ensino de boa qualidade. Há então, a necessidade de oferecer melhores condições por meio de políticas públicas que orientem e conscientizem todos os segmentos envolvidos nesse processo, isto de forma organizada e levando em consideração as particularidades do educando.

A análise traz a exposição das práticas eficientes e/ou não tão significativas, pois geraram resultados melhores em alguns aspectos, em outros não foram perceptíveis. No que tange ao 2º ano do ensino fundamental, houve progressos desde a última avaliação externa. O engessar a forma de suas aulas, deve ser substituído por um projeto conjunto onde se esteja disposto a não desistir diante dos obstáculos, superando deficiências e tornando a prática profissional adequada e orientada por elementos teóricos e conceituais do projeto político pedagógico da escola.

Dentro das ações da gestão busca-se promover uma educação consciente e crítica, que conheça a realidade, a fim de transformá-la ao ponto em que educadores e educandos se caracterizam como sujeitos do mesmo processo com o mesmo objetivo: a construção da cidadania.

Nesse sentido, a gestão escolar democrática dos sistemas de ensino não depende somente da legislação, apesar de ser regido por ela, mas também requer o trabalho coletivo dos diretores, pais, professores, alunos, funcionários e entidades representativas da comunidade, havendo a necessidade de ter como princípio um aprendizado coletivo da convivência democrática, onde as decisões implementadas tem sua fundamentação na valorização das relações sociais articuladas ao processo da participação e trabalho coletivo, exercitando o diálogo e o respeito às diferenças na construção de projetos coletivos.

Uma das preocupações da gestão refere-se aos índices das avaliações externas, como a Prova Brasil pois, possui a função de mensurar, de certa forma, o rendimento escolar e analisa com índices quantitativos a qualidade do desempenho da educação básica, em termos. Ao mesmo tempo, em que se reflete sobre a complexidade do termo qualidade, a qual, remete ao papel da escola e a visão de que cada segmento tem fundamental importância diante da instituição de ensino. Portanto, é imprescindível que gestores, professores e comunidade escolar sejam

peças dispostas a dialogar, afetivas e éticas, que transitem entre o pessoal e o social, que expressem nas suas palavras e ações que estão sempre evoluindo, aceitando mudanças e avançando para que haja progresso nas ações desenvolvidas.

É indispensável refletir que realidades das escolas são diferentes, repletas de particularidades ou peculiaridades, assim como cada educando tem suas habilidades e competências. A busca da qualidade na educação nem de longe pode ser assemelhada a uma caracterização dicotômica e excludente nas instituições de ensino.

QUADRO 1 – Resumo das ações propostas

Meses	Participantes/Objetivos/Estratégia/Avaliação das Ações
Julho/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora e professores; - Melhorar os Índices do IDEB; - Reuniões para análise e busca de subsídios de apoio didático para equipe docente; - Encontros que oportunizaram discussões fortalecem o desenvolvimento pessoal/profissional dos professores; - Falta de discernimento dos professores para trabalharem com as dificuldades de aprendizagem dos alunos; - Distribuição de material didático para apoio no trabalho docente.
Agosto/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora; - Manter o grupo de educadores atualizados diante da evolução na área da educação e realizar reuniões de planejamento, avaliação das ações e levantamento de ideias para a melhoria das aprendizagens, a partir da discussão no grupo de educadores sobre os problemas enfrentados pela escola; - Reunião da gestão para discutir e avaliar o processo de avaliação externo e estratégias de ensino para melhor rendimento; - Identificação das principais lacunas no processo de avaliação; - Proposta de mudanças estruturais nas práticas docentes não são bem aceitas; - Sugestões distribuídas através de simulados de provas.
Setembro/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora, professores e funcionários; - Discutir e construir um novo PPP, acrescentando a preocupação com a elevação dos índices do IDEB; - Reunião com distribuição de um questionário investigativo; - Presença da grande maioria; - Nem todos responderam com o mesmo afinco.

Outubro/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora; - Apontar soluções dentro do próprio grupo, na perspectiva de superar a realização de atividades individualizadas; - Organização de encontros com os pais dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem e problemas disciplinares para discutir formas de melhorar o desempenho; - Participação de alguns pais; - Aumentar a participação, principalmente dos responsáveis pelos alunos de maior dificuldade; - Conversa com os pais que possuem maior dificuldade em participar de reuniões ou encontros.
Novembro/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora e professores; - Promover aulas de reforço escolar para os alunos com dificuldade acentuada; - Organização de horários para as aulas; - Engajamento e boa vontade da professora apoiadora; - Assiduidade discente; - Aulas de reforço escolar.
Março/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora; - Incentivar a participação de todos no processo de aprendizagem, com responsabilidades e condições adequadas para a realização da avaliação; - Reunião de planejamento de estratégias e busca de novos materiais didáticos para a aplicação da prova; - Materiais adequados ao desenvolvimento cognitivo do aluno; - Comprometimento restrito de todos os segmentos; - Aplicação dos materiais didáticos pelas professoras.
Abril/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Professoras; - Aplicar a avaliação externa; - Conversa sobre a importância de participar desse processo, bem como sua responsabilidade; - Todos conseguiram realizar a avaliação; - Alguns alunos ainda não estão alfabetizados; - Aplicação da Prova aos alunos do 2º ano do ensino fundamental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios dos gestores escolares se faz constante nos sistemas de ensino. De modo geral, a formação básica dos dirigentes escolares não é específica para a área de atuação. Isso não impede que enfrente suas responsabilidades de planejamento e monitoração das ações, bem como de avaliar resultados, desenvolvendo o trabalho em equipe. Em virtude disso, o estudo teve a preocupação em melhorar os índices das avaliações externas através de estratégias e instrumentos. Uma escola que tem uma gestão de qualidade tem foco constante para todas suas práticas em todos os desdobramentos e momentos da ação escolar.

A qualidade da educação está atrelada a indicadores que emanam dos exames nacionais centrados no desempenho dos alunos. Assim ocorre com a Prova Brasil que integra o IDEB, o qual tem tido impacto na geração de ações frente aos desafios enfrentados no cotidiano escolar que implicam os processos do ensino / aprendizagem. Destaca-se o esforço da equipe gestor em se desenvolver um trabalho coletivo, com base na construção e reconstrução do projeto político pedagógico, o que caracteriza o pleno exercício de uma gestão democrática.

Finalmente, a análise nos permitiu considerar que as estratégias utilizadas pela equipe gestora e o corpo docente para melhorar os índices do IDEB necessita de muito empenho ao desenvolver o no processo de ensino/aprendizagem. O desafio pelo aumento os resultados da escola exige um planejamento diferenciado de sua gestão. Não se pode apenas ranquear as escolas e traçar metas sem atribuir a isso incentivos financeiros tanto na própria instituição, quanto no pagamento dos professores de escola pública.

Apesar do esforço da equipe gestora em organizar o trabalho pedagógico direcionado aos conteúdos e objetivos da avaliação externa, com a finalidade de elevar os índices, as professoras, insatisfeitas com a política adotada, afirmaram que planejam as aulas de acordo com aquilo que elas acreditam ser necessário aos alunos, às necessidades de cada um, ou seja há uma isenção pela parte deles em desenvolver o que se propõe.

Na verdade, é importante discutir sobre o modelo de avaliação externa a nível nacional, estadual e municipal, para que não se desvie o foco da qualidade do processo educativo, transformando-o em resultados quantitativos. Dentro desse

contexto, existem barreiras que permeiam a gestão democrática, como a pseudo-autonomia, a carência de recursos financeiros, a desmotivação de professores e a pouca participação dos pais. Assim, a aquisição de qualidade ocorre quando todos os envolvidos no processo busquem, uma visão em comum de excelência na educação, firmando um compromisso responsável e positivamente para a causa educacional comum.

Nesse sentido, Paro (2007) afirma que torna-se difícil desarticular o papel do diretor dos interesses do estado, nem sempre preocupado com o bom ensino, articular a atuação aos interesses da escola e daqueles que o escolhem e que todas as medidas democratizantes não conseguiram modificar substancialmente a estrutura da escola pública básica, que muitas vezes permanece idêntica à que existia a mais de um século. No entanto, a escola não pode desistir de se modificar nem de ser democrática e ampliar a participação de todos os colegiados pois ela é o retrato das relações que se estabeleceram naquele local e dos anseios desta comunidade. Existem limites e oportunidades muito ricas. cremos que um grande desafio reside no fato de aliarmos a administração financeira, de recursos humanos e pedagógicos. É necessário aliar as atividades-meio às atividades-fins, valorizando as conquistas democráticas que possuímos e ampliando a participação ativa da comunidade para que a escola seja um espaço de acolhida e crescimento e, por consequência de transformação social, isto é, a qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline Aparecida Martini. **Qualidade total x qualidade social: duas correntes dicotômicas na educação pública do rio grande do sul no início do século XXI.** Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/155/102>. Acesso em 08 de dezembro de 2015.

AURÉLIO, **Dicionário Eletrônico.** Século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 2004, CD-rom, versão 3.0.

BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Prova Brasil. Matrizes de Referência da Prova Brasil e do Saeb.** Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

BRASIL. IDEB. **Planilhas para download.** Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em 05 outubro 2015.

CARBELLO, Sandra Regina Casso; GALINA Irene de Fátima. **Instâncias Colegiadas: Espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf> Acesso em: 22 de outubro de 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação como direito social.** In: Dicionário de políticas públicas/ Organizadores: Carmen Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Série Documental: Textos para Discussão. Brasília, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb).** Brasília: Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FRANCO, Creso. **Quais as contribuições da avaliação para as políticas educacionais?** In: BONAMINO, A.; BESSA, N.; FRANCO, C. (Org.). Avaliação da educação básica. Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em <http://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf>. Acesso em 02 outubro 2015.

FRANCO, Maria L. P. Barbosa. **Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional.** (In) SOUSA, Clarilza Prado de. (Org.). Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas: Papiruns, 2ª Ed, 1993. p. 13-26.

GRACINDO, Vinhaes Regina. **Os Conselhos Escolares e a Educação com Qualidade Social.** IN Gestão Democrática da Educação Ministério da educação. BOLETIM, 19, out. 2005.

HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre/RS. Educação e Realidade, 2001.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/> Acesso em: 24 de outubro de 2015. 2004.

PARO, V. **A estrutura da escola e prática educacional democrática.** In: 30ª Reunião Anual da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambú, 2007.

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2.pdf>>. Acesso em 04 outubro 2015.

VIRGÍNIO, Alexandre S.; BITENCOURT, Jaqueline M. V. **O direito à educação na formação de gestores escolares.** In: FLORES, Maria Luiza R. (org.). Formação à distância para gestores da Educação Básica. Porto Alegre: Evangraf, 2014, p. 137-158.

_____. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, Seção 1, p. 17, n. 55, 22 mar. 2005.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5 de maio de 2010.** Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei n. 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em 02 outubro 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=176:apresentacao>>. Acesso em 07 outubro 2015.

_____. **Portaria n. 931, de 21 de março de 2005.** Instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/downloads/Port931_21MAR05.pdf>. Acesso em 02 outubro 2015.